

RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente Em 30 de junho de 2019





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo	
em 30 de junho de 2019	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi. São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Cotistas da RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"). em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional;



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2019

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer

CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM

Valores em R\$ mil

		V	alores em R\$ mil
ATIVO	NE	30/06/19	30/06/18
CIRCULANTE		3.805	3.049
DISPONIBILIDADES	4	3.217	230
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	_	1.889
Carteira própria	_	-	1.889
OUTROS CRÉDITOS	_	550	921
Rendas a receber	6.1	164	510
Negociação e intermediação de valores	6.2	18	21
Diversos	6.3	368	390
OUTROS VALORES E BENS	_	38	9
Despesas antecipadas		38	9
NÃO CIRCULANTE		11.995	87
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	_	9.459	
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	9.459	-
Carteira própria	_	9.459	-
IMOBILIZADO DE USO	7.1	3	
Outras imobilizações de uso		3	-
INTANGÍVEL	7.2	2.533	87
Ativos Intangíveis		2.736	94
(Amortização acumulada)		(203)	(7)
TOTAL DO ATIVO		15.800	3.136

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM

Valores em R\$ mil

PASSIVO	NE	30/06/19	30/06/18
CIRCULANTE		4.550	411
OUTRAS OBRIGAÇÕES	_	4.550	411
Sociais e estatutárias	11	366	158
Fiscais e previdenciárias	8.1	133	125
Negociação e intermediação de valores	8.2	3.689	4
Diversas	8.3	362	124
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.250	2.725
Capital:	10.1	14.036	2.036
De Domiciliados no país		14.036	2.036
Reservas de lucros	10.3	978	1.089
Ajustes de avaliação patrimonial		(15)	-
(Prejuízos acumulados)		(3.306)	(40)
(Cotas em Tesouraria)	10.2	(443)	(360)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.800	3.136

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	NE	1º-SEM-19	1º-SEM-18
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		1.622	434
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.622	434
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		1.622	434
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(4.399)	(333)
Receitas de prestação de serviços	12	1.473	1.720
Despesas de pessoal	13	(989)	(453)
Outras despesas administrativas	14	(4.618)	(1.578)
Despesas tributárias		(263)	(182)
Outras receitas operacionais		14	165
Outras despesas operacionais		(16)	(5)
RESULTADO OPERACIONAL		(2.777)	101
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(2.777)	101
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(529)	(141)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE		(3.306)	(40)
Nº de cotas: Lucro/(Prejuízo) por mil cotasR\$		1.403.601.900 -2,36	203.601.900 -0,20
A DIRETORIA			ALDO DANTAS C 1SP 110330/O-6

${\sf RB\ CAPITAL\ INVESTIMENTOS\ D.T.V.M.\ LTDA}.$

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	1º-SEM-19	1º-SEM-18
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(3.306)	(40)
RESULTADO ABRANGENTE	(15)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(15)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(3.321)	(40)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS Contador CRC 1SP 110330/O-6

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA. CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

	Se	emestre de 01/0	1/19 a 30/06/19				
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE	AJUSTES DE AVALIAÇÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS	QUOTAS EM TESOURARIA	TOTAL
			LUCROS	PATRIMONIAL	ACUMULADOS		
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/19	4.036	282	696	-	-	(360)	4.654
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos Aumento de capital Aquisição de quotas próprias Reserva atual. títulos patrimoniais	10.000	-	-	(15)	-	- (83)	(15) 10.000 (83) -
Prejuízo do semestre					(3.306)		(3.306)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/19	14.036	282	696	(15)	(3.306)	(443)	11.250
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	10.000	-	-	(15)	(3.306)	(83)	6.596

Semestre de 01/01/18 a 30/06/18								
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL	
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/18	2.036	282	807	-		(205)	2.920	
Aquisição de quotas próprias Prejuízo do semestre	-				(40)	(155)	(155) (40)	
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/18	2.036	282	807	-	(40)	(360)	2.725	
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	-	-	(40)	(155)	(195)	

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS Contador CRC 1SP 110330/O-6

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Valores em R\$ mil

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	1º-SEM-19	1º-SEM-18
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	(3.306)	(40)
Depreciações e amortizações	188	1
	(3.118)	(39)
Variação de Ativos e Obrigações	(4.367)	(400)
(Aumento) redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(5.881)	998
(Aumento) redução de outros créditos	(231)	(815)
(Aumento) redução de outros valores e bens	(5)	(3)
Aumento (redução) em outras obrigações	1.764	(429)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14)	(151)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(7.485)	(439)
Fluxos de caixa das atividades de investimento Inversões em:		
Imobilizado de uso	(556)	-
Inversões líquidas no intangível	(1.277)	(87)
Aquisição de quotas próprias	(83)	(155)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.916)	(242)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela integralização de capital	10.000	-
Pagamento de juros de capital próprio	-	158
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	10.000	158
Redução de caixa e equivalentes de caixa	599	(523)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	2.618	753
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	3.217	230

A DIRETORIA REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

RB CAPITAL INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RB Capital Investimentos DTVM Ltda. ("Distribuidora"), constituída em 1983, atua no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome e/ou em nome de terceiros.

A Distribuidora tem como objeto social comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; praticar operações de conta margem; operar em bolsa de mercadorias e futuros, por conta própria e de terceiros; prestar serviços de intermediação e de assessoria, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Bacen.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) emitiu algumas normas, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são os que seguem abaixo e foram considerados na preparação das demonstrações financeiras:

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 (R1) Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil/financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) Redução ao valor recuperável de ativos homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) Divulgação de partes relacionadas homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) Pagamento baseado em ações homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11.
- CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.

- CPC 24 Evento subsequente- homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 Benefícios a empregados homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.
- CPC 04 (R1) Ativo Intangível homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16
- CPC 27 Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN, e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades em moeda nacional e aplicações em renda fixa de liquidez com conversibilidade imediata ou cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I Títulos para negociação.
- II Títulos disponíveis para venda.
- III Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Distribuidora de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação.
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidos no resultado do período.

Os títulos classificados como "títulos para negociação", independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

3.4. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

3.5. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- Provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente da probabilidade de perda.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidas das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

3.6. Imobilizado de uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, e as principais taxas anuais são: 20% ao ano para equipamentos de processamento de dados e 10% ao ano para outros bens.

3.7. Intangível

São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Distribuidora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada em 5 anos à taxa de 20% ao ano.

3.8. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 no ano.

A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 15% (até 31/12/2018 a alíquota utilizada era de 20%).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos ("impairment"), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.10. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/19	30/06/18
Disponibilidades – Depósitos bancários	1.068	230
Disponibilidades – Reservas livres	2.149	-
Total	<u>3.217</u>	<u>230</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/19					30/06/18
Papel	Categoria	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Valor de curva (contábil)	Valor de curva (contábil)
Certificado de Depósito Bancário - CDB (*)	Títulos disponíveis	_	_	_	_	230
Títulos de renda fixa intermediados	Títulos disponíveis para venda			9.459	9.459	<u>1659</u>
Total	_	-	-	9.459	<u>9.459</u>	1.889

^(*) O valor de curva dos CDBs equivale ao respectivo valor de mercado nas datas dos balanços, dado se tratar de operações pós-fixadas.

6. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/06/19</u>	<u>30/06/18</u>
6.1 Rendas a receber (*)	164	510
	<u>164</u>	<u>510</u>

(*) O valor de contas a receber refere-se à comissão pela prestação de serviços de colocação de títulos e valores mobiliários pela Distribuidora.

6.2 Negociação e intermediação de valores

	<u>30/06/19</u>	<u>30/06/18</u>
Devedores conta de liquidação pendentes	18	21
Total	<u>18</u>	<u>21</u>

6.3 Diversos

	<u>30/06/19</u>	<u>30/06/18</u>
Adiantamento e antecipações salariais	9	-
Adiantamento a fornecedores	117	-
Impostos e contribuições a compensar	219	70
Pagamentos a ressarcir	-	317
Devedores diversos - País	<u>23</u>	3
Total	<u>368</u>	<u>390</u>

7. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

7.1 <u>Imobilizado</u>

				30/06/19	30/06/18
	Taxa de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Sistema de comunicação	10	3	-	3	-
Total	_	3	-	3	-

7.2 Intangível

			30	0/06/2019	30/06/2018
	Taxa de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Carteira de Clientes	20	488	(94)	394	-
Desenvolvimento de aplicativos - Website Desenvolvimento de	20	1.779	(77)	1.702	-
aplicativos – RB Investimentos	20	194	(7)	187	_
Plataforma Trading	20	181	(1) (1)	180	- -
Softwares	20	94	(24)	70	87
Total		2.736	(203)	2.533	87

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

8.1 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e as contribuições a recolher.

	30/06/19	30/06/18
Impostos e contribuições sobre lucro a pagar	-	
Impostos retidos de terceiros	22	10
Impostos retidos de salários	51	24
Impostos retidos sobre renda fixa	24	28
Pis	3	4
Cofins	21	27
ISS	10	25
Outros impostos	2	7
Total	<u>133</u>	125

8.2 Negociação e Intermediação de valores

	<u>30/06/19</u>	<u>30/06/19</u>
Credores – Conta de liquidação pendente	<u>3.689</u>	4
Total	<u>3.689</u>	4

8.3 Diversas

	<u>30/06/19</u>	<u>30/06/18</u>
Provisão para aquisição de intangíveis	129	-
Provisão para despesas de pessoal a pagar	156	83
Provisão de outras despesas administrativas – custodia	49	8
Credores Diversos-Pais	_28	_33
Total	<u>362</u>	<u>124</u>

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

9.1. Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2019 e 2018, não foram reconhecidos contabilmente quaisquer ativos contingentes. A Distribuidora não possui quaisquer ativos contingentes.

9.2 Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2019 e 2018 não existiam processos judiciais trabalhistas e fiscais em tramitação em nome da Distribuidora com classificação de perda possível ou provável.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital social

O capital social de R\$ 14.036 (R\$ 2.036 em 2018) está composto por 1.403.601.900 cotas (203.601.900 cotas em 2018), subscritas e totalmente integralizadas por cotistas domiciliados no país.

No primeiro semestre de 2019 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital social no montante de R\$ 10.000, onde o capital passou de R\$ 4.036 para R\$14.036, mediante a emissão de 1.000.000.000 de novas cotas.

No segundo semestre de 2018 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital social no montante de R\$ 2.000, onde o capital passou de R\$ 2.036 para R\$4.036, mediante a emissão de 200.000.000 de novas cotas.

10.2. Cotas em tesouraria

Em 29 de abril de 2019 foram recompradas 5.986.537 cotas, que serão mantidas em tesouraria, no montante de R\$ 83, ficando um saldo de R\$ 443.

Em 14 de maio de 2018 foram recompradas 9.581.259 cotas, que serão mantidas em tesouraria, no montante de R\$ 155, ficando um saldo de R\$ 360.

10.3. Destinação do lucro

Os saldos de lucros acumulados são destinados no encerramento do exercício social.

10.4. Juros sobre o capital próprio

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 não foram provisionados juros sobre capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

11. PARTES RELACIONADAS

a) As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias acordadas entre as partes. Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, as transações com partes relacionadas estão sumariadas, conforme abaixo:

	<u>30/06/19</u>	<u>30/06/18</u>
Ativo circulante:		
Rendas a Receber - Com ligadas (i):		
RB Capital S.A	100	490
Total do ativo	<u>100</u>	<u>490</u>
Passivo circulante:		
Sociais e Estatutárias:		
Juros sobre capital próprio a pagar para sócios	<u>366</u>	<u>158</u>
Total do passivo	<u>366</u>	<u>158</u>

Resultado:	30/06/19	30/03/18
Com ligadas (i):		
Receita de prestação de serviços - RB Capital S.A.	-	543
Receita de prestação de serviços - RB Capital Cia de Securitização.	-	111
Receita de prestação de serviços – RB Capital Debêntures Incent	-	7
Receita de prestação de serviços - RB Capital Fundo de Investimento		
Renda Fixa	-	1
Despesa de prestação de serviços - RB Capital S.A.	<u>=</u>	<u>(14)</u>
Total do resultado	<u>=</u>	<u>648</u>

(i) Referem-se a prestação pela Distribuidora de serviços de custódia, implementação e distribuição de Cessão de Crédito Imobiliário - CCI e Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os administradores da Distribuidora atuam em determinadas frentes de negócios do Grupo RB Capital, tais como originação, estruturação e distribuição, sendo remunerados de acordo com a dedicação a cada atividade desempenhada.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, a Distribuidora não pagou honorários a seus administradores.

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>30/06/19</u>	<u>30/06/18</u>
Comissão – RF Primária	1.349	992
Comissão - Fundos	84	-
Corretagens de operações em Bolsas	11	25
Rendas de serviços prestados a ligadas	-	662
Rendas de serviços de custódia	29	41
Total	<u>1.473</u>	<u>1.720</u>

13. DESPESA DE PESSOAL

	30/06/19	30/06/18
Salários – Proventos	(629)	(232)
Previdência social	(151)	(58)
Fundo de Garantia por tempo de serviço	(63)	(18)
Benefícios	(137)	(63)
Outras despesas com pessoal	<u>(9)</u>	(82)
Total	<u>(989)</u>	<u>(453)</u>

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/19	30/06/18
Intermediação de agente autônomo	(3)	(678)
Serviços do sistema financeiro	(350)	(150)
Serviços técnicos especializados	(485)	(214)
Serviços de processamento de dados	(610)	(281)
Propaganda e publicidade/ publicações	(2.586)	(7)
Promoções e relações públicas	(192)	(108)
Associação de classe	(51)	(30)
Viagens	(109)	(95)
Depreciação e amortização	(188)	(1)
Diversas	(44)	(14)
Total	<u>(4.618)</u>	<u>(1.578)</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	30/06/19	30/06/18
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações (-) Participação estatutárias no lucro e participações Adições de despesas não dedutíveis	(2.777) (529) 200	101 (141) 3
Base de cálculo	(3.106)	(37)
Contribuição social – 15% (20% em 2018) Imposto de renda - 15% IRPJ - 10% parcela adicional Incentivos Fiscais - Lei Rouanet art. 18°	- - - -	- - - -
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-

Em 30 de junho de 2019 a Distribuidora tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 3.201 (R\$ 37 em 2018).

16. RISCOS OPERACIONAIS E DE MERCADO

A Distribuidora participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de políticas e sistemas de controle.

16.1. Risco de Taxa de Juros

Os resultados financeiros da Distribuidora estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros de mercado.

A Distribuidora não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Distribuidora não efetua aplicações de caráter especulativo, tampouco em derivativos ou em qualquer outro ativo de risco.

16.2. Gestão de Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Distribuidora a incorrer em perdas financeiras.

De acordo com suas políticas financeiras, a Distribuidora vem aplicando seus recursos em instrumentos financeiros emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Distribuidora adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito com a constituição de garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

16.3. Risco de Capital

A Distribuidora administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização da relação entre dívidas e patrimônio / capital próprio.

A estrutura de capital da Distribuidora é formada pelo caixa e equivalentes de caixa e pelo patrimônio líquido consolidado (que inclui o capital emitido e reservas).

17. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

17.1. Riscos de Crédito, Liquidez e Mercado

A Distribuidora possui uma Área de Risco responsável pelas estruturas de gerenciamento de risco necessárias a atender disposições regulatórias. A Área de Risco é subordinada ao Diretor de Risco, que é designado como responsável pelas estruturas de gerenciamento de risco de crédito, liquidez e mercado.

As estruturas de gerenciamento de risco são compostas pelos seguintes agentes:

- a) Comitê de Riscos, responsável por revisar as políticas e limites operacionais de risco, submetendo-os anualmente à aprovação da Diretoria Executiva, e pelo acompanhamento da carteira, seu nível de concentração e de risco.
- b) Área de Risco, responsável por identificar, medir, monitorar e reportar ao Comitê de Riscos os níveis de risco de crédito, liquidez e mercado da instituição, garantindo o cumprimento das políticas de gerenciamento de risco e dos limites operacionais, além de definir as fontes de preços e os modelos de marcação a mercado de ativos.

c) Área de Análise de Crédito, responsável por fazer a avaliação do risco de crédito de grupos econômicos com os quais a instituição mantém ou estuda ter exposição creditícia.

17.2. Risco Operacional

A Distribuidora dispõe de uma estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional uma estrutura de Gerenciamento de Risco Socioambiental conforme as melhores práticas de mercado e em atendimento a regulamentação vigente.

As formalizações estão definidas nos documentos internos "Metodologia de Risco Operacional" e "Política de Responsabilidade Socioambiental", que dispõem sobre a obrigatoriedade de implementação de um sistema de controles internos e de estrutura de gerenciamento do risco operacional e do risco socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este documento também define o processo de gestão, os papéis e responsabilidades, as categorias, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, além do processo de divulgação que garante a transparência das atividades de gerenciamento.

O Grupo RB Capital adotou um modelo de mapeamento que envolve todos os níveis organizacionais, com o objetivo de estabelecer uma estrutura efetiva de controles internos que promova e respeite os mais altos padrões éticos e de integridade e que enfatize o aculturamento e a importância dos controles internos e do gerenciamento de riscos, adequados à natureza, a complexidade e aos riscos das atividades desenvolvidas.

A Área de Compliance é responsável pelo mapeamento dos procedimentos, controles e riscos e pela atuação junto a todos os colaboradores do Grupo RB Capital com o objetivo de assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas. É uma área independente e segregada da Auditoria Interna e com subordinação direta ao Diretor de Controles Internos.

O Risk and Control Self-Assessment - RCSA (Auto avaliação de Riscos e Controles) é a metodologia utilizada para identificar, avaliar, controlar, monitorar e mitigar os riscos, e apontar os impactos e as probabilidades dos riscos ocorrerem e apresenta medidas preventivas contra tais ocorrências. Trata-se de uma Metodologia de CSA que se utiliza de um sistema específico, terceirizado, de controle de gestão de risco.

17.3. Gerenciamento de Capital

A Distribuidora dispõe de uma estrutura para gerenciamento de capital constituída pelos seguintes agentes, com suas respectivas funções:

- a) Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável por decidir sobre planos de ação e estratégias relativos a mudanças na estrutura de capital da companhia.
- b) Área de Risco, responsável pelas informações de ativos ponderados por risco e adequação de capital.
- c) Área de Controladoria, responsável pelas informações de ativos, passivos e fluxo de caixa.

Além dos agentes descritos anteriormente, todas as estruturas contam com uma Auditoria Interna, realizada por uma empresa externa contratada pela área de Controladoria, cujo papel é garantir a adequação dos procedimentos e consistência entre as políticas de gerenciamento de risco e capital e a estrutura efetivamente implementada.

As descrições completas das estruturas de gerenciamento de risco e de capital encontram-se disponível no site www.rbcapitaldtvm.com.br/Gerenciamento-de-Risco, que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

18. ACORDO DE BASILÉIA (LIMITE OPERACIONAL)

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 30 de junho de 2019 foi de 95,03%.

19. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

A Administração não presta garantias e compromissos a terceiros.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2019.

* * *

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS Contador CRC - 1SP 110330/O-6